

Teatro da memória: os anos 1960 nas narrativas de Darcy Ribeiro

*Natiele Rosa de Oliveira*¹

Theater of memory: the 1960s in Darcy Ribeiro's narratives

Teatro de la memoria: los años sesenta en las narrativas de Darcy Ribeiro

Resumo

Este artigo tem por objetivo percorrer as narrativas memorialísticas de Darcy Ribeiro, referentes à sua atuação política e intelectual durante a década de 1960, no Brasil e na América Latina. Pretende-se, por meio desta análise, problematizar alguns dos aspectos constitutivos da experiência histórica vivenciada por Ribeiro neste período. Busca-se, ainda, analisar a forma como estas memórias foram mobilizadas pelo antropólogo na construção de sua obra e de seu lugar de fala como autor.

Palavras-chave: *Darcy Ribeiro; Memória; Anos 1960; Ditadura civil-militar brasileira; Exílio.*

Abstract

This article aims to go through the memorialistic narratives of Darcy Ribeiro regarding his political and intellectual activities during the 1960s, in Brazil and Latin America. It is intended, through this analysis, to problematize some of the constitutive aspects of the historical experience lived by Ribeiro in this period. It is also sought to analyze how these memories were mobilized by the anthropologist in the construction of his work and his place of speech as an author.

Keywords: *Darcy Ribeiro; Memory; 1960s; Brazilian civil-military dictatorship; Exile.*

¹ Professora no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Campus de Ouro Preto. Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: natiele.oliveira@ifmg.edu.br

Resumen

Este artículo tiene como objetivo recorrer las narrativas conmemorativas de Darcy Ribeiro sobre sus actividades políticas e intelectuales durante la década de 1960, en Brasil y América Latina. A través de este análisis se pretende problematizar algunos de los aspectos constitutivos de la experiencia histórica vivida por Ribeiro en este período. También se busca analizar cómo estos recuerdos fueron movilizados por el antropólogo en la construcción de su obra y su lugar de discurso como autor.

Palabras clave: *Darcy Ribeiro; Memória; 1960; Dictadura civil-militar brasileña; Exilio.*

Introdução

Em 1994, o antropólogo e político Darcy Ribeiro enfrentava a fase final do segundo câncer que o acometeu, ao longo de seus 75 anos de vida. O primeiro deles havia sido descoberto em 1975, durante o período em que Ribeiro se encontrava exilado no Peru, condição que lhe foi imposta pelo golpe civil-militar de 1964. A perspectiva da morte, à época, assegurou-lhe, inclusive, uma autorização para voltar ao Brasil e fazer a cirurgia de retirada do tumor no Rio de Janeiro. Escapando da doença pela primeira vez, foi obrigado a se exilar novamente, desta vez na Venezuela, voltando ao Brasil em definitivo, pouco depois, em 1976. Após 19 anos, porém, um novo câncer o atingia de forma fatal. Internado na UTI de um hospital carioca, no dia 1º de janeiro de 1995, Ribeiro optou por interromper o tratamento e viver o tempo que lhe restava em sua casa, em Maricá, no litoral fluminense. O episódio é narrado pelo autor no prefácio de *O povo brasileiro*, seguramente uma de suas obras mais conhecidas. No relato, afirma o antropólogo:

Escrever este livro foi o desafio maior que me propus. Ainda é. Há mais de trinta anos eu o escrevo e reescrevo, incansável [...]. Ultimamente essa angústia se aguçou porque me vi na iminência de morrer sem concluí-lo. Fugí do hospital, aqui para Maricá, para viver e também para escrevê-lo. Se você hoje o tem em mãos para ler, em letras de fôrma, é porque afinal venci, fazendo-o existir. Tomara. (RIBEIRO, 1995, p. 11)

O mesmo evento é rememorado pelo autor em *Confissões*, livro autobiográfico publicado no ano de seu falecimento, 1997, no qual celebra o feito de, enfim, ter conseguido arrematar a obra que pretendia que fosse “um espelho para os brasileiros verem a si mesmos” (RIBEIRO, 1997, p. 538), numa referência à obra *O povo brasileiro*.

O episódio da fuga do hospital narrado por Darcy Ribeiro se tornou icônico e foi parar, inclusive, em letra de música. “O Brasil é um caboclo sem dinheiro,

procurando o doutor n'algum lugar, ou será o professor Darcy Ribeiro, que fugiu do hospital pra se tratar?" (BARRETO; VIÁFORA, 1998) – questionam os compositores Celso Viáfora e Vicente Barreto. A canção por eles composta, intitulada *A cara do Brasil*, relembra “a fuga da UTI” realizada pelo autor, ao mesmo tempo em que lança a questão que ele próprio buscou responder em sua obra: “qual a cara da cara da nação?” (BARRETO; VIÁFORA, 1998).

A anedota permite destacar a aura mítica que se criou em torno de Darcy Ribeiro, do conhecido *O povo brasileiro* e a construção discursiva que projeta o livro escrito por um intelectual que, confrontado com a própria morte, preferiu abdicar do tratamento e dispendeu um último impulso de vida para concluí-lo. A imagem é forte, dramática, mobiliza afetos, memórias que o próprio autor apresenta ao leitor, ao narrar a epopeia de mais de 30 anos que separavam o ímpeto original de elaboração da obra e a versão concluída em 1995, já no fim de sua vida. “Nessa longa travessia”, afirma Ribeiro, “politiquei muito, com êxito e sem êxito, aqui e no exílio, e me dei a fazimentos trabalhosos, diversos. Inclusive vivi, quase morri” (RIBEIRO, 1995, p. 12). É também nas primeiras páginas do prefácio que o autor apresenta ao leitor aquela que seria uma das motivações centrais para dar início à sua grande narrativa de síntese sobre a formação do Brasil: a busca por uma resposta histórica para a pergunta que se faziam todos aqueles derrotados pelo golpe de 1964: “por que, mais uma vez, a classe dominante nos venceu?” (RIBEIRO, 1995, p. 13).

A indagação colocada pelo antropólogo serve também como prelúdio da análise proposta neste artigo, que se volta para um duplo objetivo, cujos núcleos são complementares. Por um lado, pretendo percorrer, por meio da narrativa memorialística de Darcy Ribeiro, alguns dos aspectos constitutivos da experiência histórica por ele vivenciada durante os anos 1960 no Brasil. Por outro, busco problematizar como Ribeiro mobilizou essas memórias – sobretudo as que se referem à sua atuação no governo João Goulart, à vivência do golpe

de 1964 e ao seu posterior exílio – na construção de sua obra e de seu lugar de fala² como autor.

Partilho, portanto, da acepção apresentada por Aleida Assman (2011) de que a memória pode operar, ao mesmo tempo, como meio de expressão e como metáfora. Para a autora, por meio da rememoração estabelecemos diálogos com as vozes do passado, ao mesmo tempo em que falamos também para a posteridade, fazendo ecoar, no futuro, os discursos dos que já se foram. Nesse sentido, Paul Ricoeur (1994, 2007) afirma que as narrativas memorialísticas traduzem uma experiência humana articulada na linguagem, permitindo, assim, reconstituir a própria temporalidade inerente à experiência dos sujeitos. Da memória somos, como afirma a escritora Eliane Brum (2017), aqueles que nascem, mas também sua parteira. “Quando se escrevem memórias de palavras, os tempos se misturam. O passado não existe, assim como o futuro. O que há é um eu inventando um passado e um futuro, no presente” (BRUM, 2017, p. 18), diz a autora. A ideia de invenção aqui aludida não deve, contudo, ser tomada como sinônimo de falseamento dos fatos, mas sim como o procedimento que permite aos sujeitos selecionar, organizar e reconstituir suas vivências, de modo a dar-se a ver de uma forma que lhe é própria, construindo uma imagem de si mesmo para o Outro. Segundo Jacy Seixas (2001), ao atualizar o passado no presente, a memória atua como elemento constituinte do real e não apenas como mero mecanismo de resgate deste.

2 Muito se tem discutido nas Ciências Sociais, na historiografia, na Filosofia etc., sobre a ideia de um “lugar de fala”, noção que se cristalizou, sobretudo, para pensar o lugar que os chamados “grupos subalternos” – as minorias étnicas, sociais e grupos extranacionais que vivenciam formas de exclusão variadas – possuem para se expressar e para se constituir discursivamente em seus próprios termos, por meio de seus próprios saberes e de seus próprios modos de experimentar o mundo (RIBEIRO, 2017; SPIVAK, 2018). No âmbito da historiografia, já na década de 1970, este debate foi realizado de forma precisa por Michel de Certeau (1982) que, ao definir os termos do que chamou de “operação historiográfica”, afirma que o discurso histórico se faz por meio da combinação de um lugar social, práticas e pressupostos epistêmicos e uma escrita. A análise atenta destas questões, segundo o autor, permitirá dar contornos claros “às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto” (CERTEAU, 1982, p.65). É justamente sobre esses meandros silenciosos da narrativa, para os quais nos alerta o historiador francês, que pretendo me debruçar ao problematizar, no caso de Darcy Ribeiro, aquilo que Cristiane Portela (2011) chamou de ato de inscrição do autor, ou seja, o modo por meio do qual este enuncia seu discurso, vinculando-o ao registro de suas próprias experiências e a um lugar social, de saber e de poder.

As narrativas autobiográficas e memorialísticas de Darcy Ribeiro são especialmente ricas para problematizar tanto este lugar no qual o autor se inscreveu, quanto as experiências por ele vivenciadas no decorrer dos anos 1960 no Brasil. Segundo Ângela de Castro Gomes (2004), a “escrita de si” constitui-se como fonte/objeto privilegiado para o historiador, justamente porque permite lançar luz, com a devida crítica, tanto sobre os contextos históricos vividos pelo narrador e contados em sua perspectiva, quanto analisar a maneira pela qual a própria escrita opera como uma “modalidade de produção do eu”, em que o sujeito e sua narrativa se constroem mutuamente. Nas palavras da autora, a escrita de si funcionaria, assim, como uma espécie de *teatro da memória*, que permitiria ao sujeito, ao colocar-se como personagem de si mesmo, a encenação de seus múltiplos papéis sociais e das múltiplas temporalidades que constituem sua trajetória (GOMES, 2004, p. 15-17).

Portanto, a análise da narrativa memorialística de Darcy Ribeiro possibilita não apenas refletir sobre aspectos relevantes do contexto histórico vivido nos anos 1960 no Brasil – como a efervescência do governo João Goulart, os ideários políticos compartilhados, o golpe de 1964 e o posterior autoritarismo do regime instaurado –, mas também problematizar como esta experiência vivenciada pelo autor foi uma marca importante de suas interpretações sobre o Brasil e a América Latina e de sua projeção como intelectual e homem público.

Projeções da memória: os anos 1960 e os fundamentos de um lugar de autor

Os anos 1960 foram particularmente relevantes na trajetória de Darcy Ribeiro e na sua projeção como homem público³. Foi durante esta década que o autor se destacou como um intelectual estadista, engajando-se de forma intensa em

³ Foge do escopo da análise proposta neste artigo uma reconstrução sincrônica da trajetória política e intelectual de Darcy Ribeiro. Para tanto, vale a leitura de trabalhos como: Mattos (2007) e Pinheiro (2012).

um projeto político concreto. Em consequência, experimentou a repressão autoritária praticada pelo Estado brasileiro a partir do golpe de 1964, que se materializou em 12 anos de exílio, marca fundante da experiência política de muitos atores nesse período. Foi também a partir dessas vivências que Ribeiro se engajou na construção da série de obras por ele intitulada *Estudos de antropologia da civilização*, cujo primeiro volume, o livro *O processo civilizatório*, foi lançado em 1968.

Em relação à série *Estudos*, aliás, a análise dos prefácios e prólogos de cada um dos volumes da coletânea se constitui em terreno fértil para a percepção do modo como ele vinculou seu trabalho de escrita a momentos de sua própria trajetória política e intelectual. Em *As Américas e a civilização*, ele conecta seu esforço interpretativo à condição de exilado político, “responsável pela obsessão, comum a todos os proscritos, por compreender os problemas de sua pátria” (RIBEIRO, 1983, p. 13). Em *O dilema da América Latina*, o autor afirma que parte de suas análises sobre as estruturas de poder presentes no subcontinente se devem à sua “própria vivência de vinte anos de participação mais ou menos intensa nas lutas políticas do Brasil”, além de seus “anos de exílio em diversos países da América Latina”, vivências estas que o levaram “a conviver com os mais diversos círculos, proporcionando uma visão, senão representativa, ao menos variada dos principais tipos de militância política” (RIBEIRO, 1978, p. 17).

Tais narrativas remetem aos aspectos que atravessam o conjunto de obras do autor, que, articulados, dão o tom a partir do qual Ribeiro realiza suas análises sobre a situação brasileira e latino-americana, isto é, sempre reportando seu trabalho interpretativo às próprias experiências e se projetando, assim, como um intelectual engajado, que busca, pela mobilização de suas memórias, tornar-se uma referência para as gerações futuras. Por meio da análise destes e de outros textos do autor é possível inferir, de seu esforço memorialístico, que Darcy Ribeiro emerge como um personagem de si mesmo, conforme a expressão de Ângela de Castro Gomes (2004).

Reflexão similar a esta é proposta pelo historiador Thiago Nicodemo (2016) que, ao analisar a elaboração da memória de Sérgio Buarque de Holanda por Antonio Candido, indaga em que medida Buarque de Holanda, como “radical pensador de esquerda”, não seria um personagem criado pela reconstituição feita por Candido (NICODEMO, 2016, p. 160). De modo análogo, portanto, as narrativas de Darcy Ribeiro apontam para essa construção do autor e para o modo como ele edifica uma memória sobre sua própria obra, por meio da evocação de outras “memórias”: de sua formação pessoal e, posteriormente, acadêmica como antropólogo, de sua inserção no campo da etnologia indígena e de sua militância política, entre os anos 1950 e 1960. Militância essa que o levou ao exílio em 1964, a própria experiência de desterro, vivenciada ao longo de 12 anos, exclusivamente em países latino-americanos. As memórias evocadas por Ribeiro tornam-se, assim, parte constitutiva de seus próprios livros e de seu lugar de fala (CERTEAU, 1982; SPIVAK, 2018), argumento que legitima o esforço aqui empreendido de analisar o modo por meio do qual ele as constrói e mobiliza.

Neste sentido, no prefácio de *O povo brasileiro* (1995), uma das últimas publicações de Darcy Ribeiro em vida, o autor afirma que sua primeira tentativa de escrevê-la se deu na década de 1950, enquanto dirigia um programa de pesquisas socioantropológicas no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), ligado ao Ministério da Cultura do governo Juscelino Kubitschek. O antropólogo relembra sua pretensão de que a obra servisse como suporte para o projeto de “uma revolução social transformadora”, que parecia apontar como uma promessa, naquele momento, no horizonte da história brasileira. Ribeiro conta, contudo, que abandonou essa primeira tentativa de finalizar o livro para se engajar em cargos políticos, como o de Ministro da Educação e, mais tarde, de chefe do Gabinete Civil do Governo João Goulart, “com a missão de concatenar o Movimento Nacional pelas Reformas de Base” (RIBEIRO, 1995, p. 12).

Assim, o autor ressalta a profunda conexão entre sua obra e sua experiência de engajamento político, advertindo: “não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um profundo patriotismo. Não procure aqui, análises isentas” (RIBEIRO, 1995, p. 17), afirma no prefácio de *O povo brasileiro*. Na narrativa memorialística de *Confissões* (1997), livro autobiográfico publicado por ele no ano de sua morte, Ribeiro faz uma afirmação ainda mais contundente sobre essa conexão: “Tenho um sentido agudo do Brasil como desafio posto a todos, mas principalmente a mim. Como promessa de uma nova civilização ecumênica e feliz. Vejo-me como servidor público, o estadista que nasceu para forçar o Brasil a dar certo” (RIBEIRO, 1997, p. 525).

Boa parte das menções ao percurso político, feitas nos *Estudos de antropologia da civilização*, se referem, fundamentalmente, à sua atuação no governo de João Goulart. Isto porque quase todos os volumes da série foram publicados no intervalo de tempo entre o fim da década de 1960 e os últimos anos da década de 1970. Entretanto, mesmo em *O povo brasileiro*, publicado apenas em 1995, Ribeiro praticamente não faz referência à sua atuação política posterior ao governo Jango, o que fornece um indício de como a memória acerca dessa experiência é particularmente ressaltada por ele.

Outro ponto, que corrobora essa questão, diz respeito ao discurso construído pelo antropólogo, no qual a ditadura civil-militar aparece como um hiato no curso da história, uma interrupção no que seria uma espécie de fluxo natural dos eventos. Em *Confissões* (1997), ele afirma, com pesar, que o regime instaurado com o golpe de 1964 roubou, por 20 anos, a possibilidade de toda uma geração de brilhantes políticos brasileiros assumirem cargos públicos, inclusive a presidência. “É terrível pensar que nossa geração de homens públicos, íntegros, voltada para o bem comum, fosse alijada do poder pelo exílio externo e pelo exílio interno” (RIBEIRO, 1997, p. 308), afirma. Esse fio da história seria retomado, na visão de Ribeiro, no contexto de redemocratização, para que se

puдesse, enfim, concretizar as transformações sociais que estavam em curso quando do golpe contra Goulart.

A atuação de Darcy Ribeiro como estadista iniciou-se com sua nomeação, em 1962, para assumir o cargo de Ministro da Educação. Sobre essa inserção na política institucional, ele afirma em *Testemunho* (2009), outro livro memorialístico publicado originalmente em 1991:

É inusitado que um intelectual chegue a ser Ministro de Estado, mesmo porque eles geralmente vivem enclaustrados em seus mundinhos ideáticos e, sobretudo, porque os cargos ministeriais cabem quase sempre a políticos profissionais [...]. Lembro-me bem do mal-estar ou do sentimento de ambiguidade de vários dos meus colegas quando surgiu a notícia da minha nomeação. Para uns, era uma traição à carreira intelectual; para outros era o simples abandono dela, para abraçar a política; para alguns mais seria até uma adesão à ordem, uma renúncia ao esquerdismo. (RIBEIRO, 2009, p. 115)

Esta fala do autor acerca de seu ingresso no ministério de Goulart aponta para dois aspectos principais. O primeiro deles diz respeito ao que seria uma aparente incompatibilidade entre o trabalho intelectual/acadêmico e a atuação na esfera estatal. O segundo informa sobre o quanto essa atuação poderia ser considerada uma traição aos princípios da “esquerda”, aos quais ele afirmava se vincular.

Acerca das dificuldades de se operar, no vocabulário político, com um conceito de esquerda, Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira (2007, p. 10) destacam que o termo vem sendo pensado em relação à temporalidade que lhe é inerente, de modo a estabelecer, portanto, a historicidade do vocábulo no contexto de lutas políticas e sociais específicas. Contudo, em uma tentativa de trazer uma definição mínima à categoria e, ao mesmo tempo, ampliar o leque semântico, fala-se, por vezes, em “esquerdas”, para destacar a acepção plural do conceito e fazer alusão a um campo ou espectro de esquerda, dentro do qual estariam inseridas perspectivas que, embora partilhem um núcleo comum, diferem em determinados aspectos umas das outras.

Neste sentido, os autores trazem uma caracterização mais ampla do termo à qual recorrerei como ponto de partida para a análise aqui proposta. Retomando a definição de Norberto Bobbio, Ferreira e Reis (2007, p. 11) afirmam que, de modo genérico, podemos tipificar o campo da esquerda como aquele no qual estão contidos atores políticos cujas ações anunciam-se como impulsionadas pela perspectiva da igualdade social. No contexto brasileiro, acrescentam os autores, as esquerdas atuam no sentido da mudança, reformista ou revolucionária, em busca da igualdade e “inspiradas pela crítica, mais ou menos contundente”, aos valores e propostas tidos como liberais e como fonte de desigualdades.

Ainda que se possa partir, de algum modo, deste espectro conceitual mais amplo, buscarei realizar uma análise em consonância com o suporte teórico-metodológico da história das linguagens políticas (PALTI, 2007; POCOCK, 2003), o que significa que problematizarei como o conceito de esquerda se manifesta nos discursos de Darcy Ribeiro, ancorando-me, portanto, na própria narrativa do autor para situá-lo no contexto dos debates correntes de seu tempo. Em outras palavras, parto menos da definição ideal de um conceito de esquerda e mais de uma análise de como este conceito é mobilizado nos escritos do autor e como, com base nisso, pode-se pensá-lo em relação ao jogo político que se apresentava em seu momento de atuação. Assim, a análise partirá essencialmente das narrativas de Ribeiro, buscando evidenciar como ele elabora um discurso sobre o campo da esquerda brasileira em sua conjuntura e como afirma sua inserção nele, tendo em vista construir essa faceta de seu lugar de fala como autor, que, conforme já argumentado, será amplamente mobilizada na construção de suas obras.

Um projeto de Brasil: nacionalismo, trabalhismo e governo Jango

A participação institucional de Darcy Ribeiro no âmbito do que poderíamos tipificar como campo da esquerda se deu por caminhos variados, ao longo de sua trajetória, desde um breve percurso pelo Partido Comunista Brasileiro

(PCB), passando por sua atuação no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), até sua vinculação final ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação que, inclusive, ajudou a fundar, junto a Leonel Brizola. Independentemente de seu trânsito partidário, ele sempre manteve um discurso conectado a uma perspectiva nacionalista, partilhada, de diferentes modos, por boa parte dos integrantes de seu campo político na década de 1960.

Em sua análise sobre o discurso que se erigiu no pós-guerra entre grupos políticos brasileiros vinculados a uma esquerda socialista, Alexandre Hecker (2007) destaca que passou a fazer parte da atuação desses grupos o entendimento de que aquele parecia ser um momento profícuo na luta pela conquista de direitos sociais para uma faixa mais ampla da população do país. Nesse quadro, segundo o autor, o ideário socialista passou a se vincular à defesa das autonomias nacionais, relação sintetizada na ideia da luta dos “trabalhadores explorados contra as exigências do capitalismo mundial” (HECKER, 2007, p. 24), na perspectiva de livrar o país dos obstáculos ao seu desenvolvimento independente.

Segundo Hecker (2007), acreditava-se que a busca de uma cidadania autônoma e da solução para a “questão social” brasileira levaria a algum tipo de socialismo – ainda que não houvesse clareza ou concordância sobre qual seria, visto que os sentidos atribuídos às denominações socialista/nacionalista seguiam sendo disputados. Isso ocorria sobretudo no interior da parcela da esquerda que se definia como democrática e se colocava em oposição a certos modelos vigentes, como o do socialismo soviético, que, como veremos, era o caso de Darcy Ribeiro.

Nesse cenário, surgiu no Brasil, já em 1945, o grupo nomeado “Esquerda Democrática” que, dois anos mais tarde, se transformou no Partido Socialista Brasileiro (PSB), extinto apenas em 1965, pelo Ato Institucional número 2 (AI-2), durante a ditadura civil-militar. As propostas políticas apresentadas pelo grupo traziam questões como a “socialização gradual dos meios de produ-

ção” e a realocação do “marxismo num patamar ao mesmo tempo nacional e aberto à sociedade multifacetada vigente” (HECKER, 2007, p. 33). Tratava-se, portanto, de uma tentativa de incluir no debate e no campo semântico das esquerdas brasileiras uma linguagem política menos estritamente vinculada a uma apropriação ortodoxa do marxismo e da própria experiência concreta do comunismo stalinista. Falava-se, inclusive, em uma “revisão progressista do marxismo” (HECKER, 2007, p. 40), que vinha a reboque da ideia de aproximar essas noções das especificidades da situação do Brasil, buscando compreender as causas do que se considerava como seu subdesenvolvimento.

Também no círculo dos denominados trabalhistas, grupo ao qual Darcy Ribeiro esteve mais diretamente vinculado, partilhava-se de percepções semelhantes. Ronaldo Vainfas (2007), analisando a trajetória de Leonel Brizola, destaca que o futuro líder do PDT nunca se autodenominou como comunista ou marxista, mesmo tendo se vinculado a projetos mais radicais no âmbito das esquerdas brasileiras antes do golpe de 1964. Vainfas ressalta uma fala de Brizola em uma conferência do PTB, em 20 de outubro de 1961, em que este defendeu uma posição “equidistante” do Brasil diante da Guerra Fria.

Esta é a posição em que todos nós nos situamos: nem dependentes de um dos mundos, nem dependentes de outro. Nem em Nova York, nem em Moscou – mas no Brasil, no estudo dos problemas brasileiros, na luta contra a miséria brasileira, na fidelidade a um destino próprio para o povo brasileiro. (VAINFAS, 2007, p. 486)

Neste sentido, os primeiros anos da década de 1960 constituíram um momento rico em debates sobre a conjuntura do Brasil e da América Latina. Sob diferentes espectros ideológicos, discutiam-se saídas para a superação do subdesenvolvimento do país, superação da dependência internacional e das mazelas formativas, que seriam responsáveis pelo nosso descompasso em relação a outras nações, o tão propalado “atraso nacional”. O ambiente democrático, criado após o fim do Estado Novo e consolidado institucionalmente

pela Constituição de 1946, abria mais espaço para a criação de diferentes grupos políticos e para a ampliação dos debates na esfera pública. A necessidade de compreensão dos “problemas brasileiros” levava a crer que a análise histórica, munida de boa teoria, seria instrumento fundamental para a intervenção política mais efetiva (REIS, 2007, p. 184). Observando o discurso de Darcy Ribeiro, pode-se notar sua vinculação a essas perspectivas e como o autor mobilizava, a seu modo, essa linguagem política.

Atrelando seu percurso como estadista à tradição do trabalhismo, Ribeiro rememora aquele que é considerado como um dos grandes ícones desta vertente política brasileira: Getúlio Vargas. Em *Confissões* (1997), o autor afirma que o suicídio do presidente teve grande impacto sobre ele e outros militantes do que intitulava como “esquerda democrática” e, depois, no Partido Socialista Brasileiro (RIBEIRO, 1997, p. 275). Com essa fala, o autor já anunciava a diferenciação que fazia entre os atores inseridos nesse campo e aqueles pertencentes ao que seria uma esquerda mais radical, os comunistas. Lançando mão de uma narrativa bastante apologética a Vargas, Ribeiro conta que a carta-testamento foi “o mais alto documento já produzido no Brasil”: “O efeito sobre mim foi a compreensão da besteira que fazia com minha postura de comunista utópico, à base de um falso marxismo” (RIBEIRO, 1997, p. 276).

Assim, o antropólogo conta que, com a morte de Vargas, compreendeu que lhe caberia fazer alguma coisa “aqui e agora” pelo país; e isso era o que Getúlio fazia e não o que propunham os comunistas. A partir daí, se afastou do partido e se aproximou do trabalhismo. O autor narra, ainda, que a divulgação do relatório Kruchev em 1956, denunciando atos abusivos cometidos por Stalin, aprofundou mais sua crise com o comunismo. Segundo Ribeiro, o documento mostrava que não se podia atribuir ao estadista apenas os crimes cometidos na URSS, uma vez que “o verdadeiro criminoso” era “a ditadura partidária, exercida em nome do proletariado, mas comandada de

fato por uma elite comunista muito bem adestrada para o arbítrio e a violência” (RIBEIRO, 1997, p. 277).

Diante desse cenário, Darcy Ribeiro afirma que passou a ver a “Revolução de 1930 como a revolução social brasileira”, argumentando que Vargas teria sido o grande responsável por “legalizar a luta de classes” e “organizar os trabalhadores urbanos em sindicatos estáveis, pró-governamentais, mas antipatronais” (RIBEIRO, 1997, p. 253). Em uma conexão direta desses eventos com sua vinculação posterior ao governo Jango, Ribeiro defende que João Goulart teria sido quem melhor encarnou a herança deixada por Vargas, interpretação que corrobora a imagem criada à época no interior do próprio PTB sobre o presidente (GOMES, 2007).

Nesta linha discursiva, o autor escreve um significativo e elogioso tópico sobre a trajetória de João Goulart, em seu relato memorialístico *Confissões*. Nele, Ribeiro caracteriza o presidente como um pacifista, um conciliador, que queria alcançar suas Reformas de Base pela força do convencimento e da conscientização. Esta caracterização de Goulart vincula-se diretamente à construção que Darcy Ribeiro fazia sobre si mesmo, um homem cujas obras, perpassadas essencialmente pelos aprendizados de seu envolvimento na política institucional, tinham este propósito persuasivo no sentido da transformação social.

Segundo Ribeiro, Goulart não representava os interesses econômicos do grupo ao qual pertencia, uma vez que, sendo ele “muito rico, se importava com os mais pobres” (RIBEIRO, 1997, p. 263). Em sua análise, Jango era um homem “bom, sensível e inteligente”, que teve ao seu lado algumas das figuras “mais prodigiosas do Brasil”, como Celso Furtado, San Tiago Dantas, Hermes Lima, Gabriel Passos, João Mangabeira, Eliezer Batista e, claro, ele mesmo (RIBEIRO, 1997, p. 264). Assim, segundo o autor, sua entrada na chefia da Casa Civil estava conectada ao propósito de coordenar ações da campanha pelas Reformas

de Base, tidas como o caminho para uma grande transformação social no país (RIBEIRO, 1997, p. 267).

Deste modo, Darcy Ribeiro, mais uma vez, posiciona-se como alguém ligado a um projeto de esquerda nacionalista e reformista, termos utilizados por ele mesmo em oposição a uma esquerda que agia de forma mais radical e não aceitava uma via que não fosse mais essencialmente revolucionária. Neste sentido, afirma o autor:

A dificuldade que as esquerdas têm hoje de definir um projeto próprio que a população brasileira aceite como seu caminho decorre, em grande parte, de sua animosidade explícita ou recôndita contra o nacionalismo oposto às globalizações, e contra o trabalhismo reformista oposto à irresponsabilidade social do liberalismo. (RIBEIRO, 1997, p. 272)

Em uma defesa desse projeto político, o antropólogo argumentava que, embora o governo Jango tivesse um caráter mais reformista, as transformações por ele propostas tinham um grande potencial de realizar mudanças estruturais na situação social do Brasil. Em sua visão, este era, inclusive, o motivo pelo qual o presidente fora derrubado pelo golpe civil-militar de 1964, que teria operado como uma contrarrevolução preventiva (RIBEIRO, 2009, p. 119). Reproduzindo o discurso de que se sentia do lado certo da história, o autor afirma:

Meu defeito maior será, talvez, o desgosto do intelectual de esquerda que tem escrúpulos de jogar as cartas que se jogam na luta pelo poder – a mentira, a corrupção e o roubo. Minha qualidade maior é ter sempre resistido a isso, pagando o preço correspondente, que é ser derrubado do poder. Não por defeitos do governo que exercia, mas, ao contrário, em razão das qualidades dele. Isso se aplica verdadeiramente é ao Jango, mas eu estava ao lado dele. (RIBEIRO, 1997, p. 311)

A narrativa dessa experiência é bastante elucidativa da forma como a atuação de Ribeiro no governo de João Goulart se tornou um dos lócus de enunciação de seu discurso. Em consonância com este aspecto, é interessante observar a mobilização afetiva que o autor faz deste ponto de sua trajetória. Tornou-se uma de suas máximas a afirmação, feita sempre em tom emocional, de que: “perder o poder depois de ter a mão posta nele é o maior dos pecados, mas gosto muito mais de ter sido derrotado pelos que me derrotaram do que de ter vencido com eles para manter o Brasil tal qual é” (RIBEIRO, 1997, p. 311). Essa construção discursiva, que o coloca ao lado dos “vencidos da história”, teve ampla adesão entre os grupos políticos do campo da esquerda brasileira, demarcando a partilha de pautas e projetos comuns entre esses atores, bem como do sentimento de derrota constante e o desejo de reverter esse quadro.

Memória ressentida: golpe, repressão e exílio

Em uma análise acerca da intrínseca ligação entre os afetos e o político, Pierre Ansart (2001) aponta que o ressentimento se configura como um potente propulsor para ações no mundo público, uma vez que se torna um elemento importante de solidariedade entre grupos. O autor evoca a análise de Nietzsche e afirma que, para o filósofo alemão, o ressentimento estaria na base de movimentos populares, anarquistas e socialistas. “Nas disputas políticas o ódio comum possibilita o esquecimento das querelas internas e assegura a união em uma mesma comunidade” (ANSART, 2001, p. 22), afirma. Para ele, o ressentido parte do princípio de que as forças que lhe são hostis são nefastas e perversas, enquanto ele próprio é justo e inocente do mal que lhe é causado. As manifestações do ressentimento podem, deste modo, ser gratificantes e gerar laços de solidariedade.

Aproprio-me aqui da premissa de Ansart para analisar o lugar de fala a partir do qual Darcy Ribeiro se projeta como um dos “vencidos da história” e a mobilização que faz deste discurso, por meio de sua narrativa memorialística.

Duas questões são centrais na construção do autor: quem são os atores que ele projeta como os inimigos a serem combatidos – ou seja, os objetos de seu ressentimento – e quais são aqueles com os quais há uma partilha do lugar de derrotado e, conseqüentemente, aos quais ele atribuirá o papel de promover transformações nesse quadro.

Sobre o primeiro aspecto, isto é, a quem Ribeiro atribui um papel de algoz, alguns pontos de sua narrativa são elucidativos da questão. Em sua rememoração acerca da experiência como ministro da Casa Civil, o autor afirma que, durante o governo de João Goulart, “duas questões fundamentais foram colocadas pela História diante do Brasil” (RIBEIRO, 1997, p. 318). A primeira delas era “impor disciplina ao capital estrangeiro para que cruzeiros não produzissem dólares, o que nos estava levando à falência” (RIBEIRO, 1997, p. 318).

A segunda dizia respeito à “questão agrária, que, não resolvida, pressionava um imenso êxodo rural que só se explicava pelo monopólio da terra” (RIBEIRO, 1997, p. 318). “Foram estes dois programas [...] que desenharam o perfil do governo João Goulart” (RIBEIRO, 1997, p. 319), argumenta. Por meio desta fala do autor, é possível identificar dois inimigos que, em sua visão, deveriam ser confrontados naquele momento: o capital internacional e a elite agrária do país, sendo a segunda responsável pela perpetuação da concentração fundiária e pela manutenção das heranças coloniais, que ele afirmava ser necessário superar.

Em relação à questão agrária, Ribeiro conta que havia a percepção, por parte de João Goulart, de que a concentração fundiária se constituía em um dos problemas centrais a serem resolvidos no país. Nesse sentido, há uma afirmação interessante por parte do autor de que Goulart tinha um posicionamento crítico em relação a si próprio e a seu lugar de grande proprietário de terra; um discurso que busca, de certo modo, salvar a memória do presidente de qualquer suspeição.

Vale lembrar que a proposta central das Reformas de Base apresentadas pelo governo Jango era, justamente, a reforma agrária, exposta na conhecida mensagem presidencial de 13 de março de 1964, dias antes do golpe. Na descrição do autor, o projeto consistia em incluir na Constituição o princípio de não se aceitarem áreas improdutivas por força do direito de propriedade.

A lei estabeleceria, assim, que o proprietário só poderia ter como área improdutiva um espaço que não ultrapassasse quatro vezes o tamanho da área utilizada. Nas palavras de Ribeiro, “foi impossível, entretanto, que esse raciocínio claro e convincente se difundisse. O que toda a mídia martelava, por todas as suas bocas, é que a tendência irresistível de Jango para o sindicalismo o faria entregar as terras aos comunistas” (RIBEIRO, 1997, p. 319). Assim, segundo o autor, aquela que seria “a reforma mais importante na arcaica estrutura social brasileira” fora derrotada pelo poder dos “latifundiários e todos que a eles se associavam” (RIBEIRO, 1997, p. 319).

Conforme Darcy Ribeiro, Jango dizia que, com a difusão de pequenas propriedades, “inclusive o capitalismo se viabilizaria” (RIBEIRO, 1997, p. 319), o que demonstrava que o presidente não propunha nada mais do que “um capitalismo progressista como o norte-americano”, mas nossas elites, que “não são equiparáveis às norte-americanas” (RIBEIRO, 1997, p. 319), o viam como um traidor de sua classe. Este aspecto da narrativa do antropólogo é emblemático, pois mostra a construção de um discurso que aponta para uma fuga de qualquer possível vinculação com um ideário comunista, ressaltando que a proposta à qual se vinculava era, na verdade, uma espécie de capitalismo nacionalista e progressista, embora afirmasse que isso seria um tipo de socialismo possível e o próprio autor se apresentasse como anticapitalista.

Este ponto demarca também certo desagrado, manifestado por Ribeiro, em relação ao que considerava como uma cegueira da esquerda mais radical, que, segundo ele, não enxergava com clareza o golpe que estava em curso. O autor conta que, na ocasião do comício realizado por João Goulart em 13 de

março, teve a oportunidade de conversar com grandes “lideranças de esquerda” (RIBEIRO, 1997, p. 342), como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes. Ele relata que, em reunião com o então senador e líder do Partido do Comunista, pediu apoio ao que descreveu como um movimento de pressão pela aprovação da reforma agrária, que o governo Jango queria iniciar em 1º de maio de 1964.

Segundo Ribeiro, porém, Prestes “mal ouviu”, já que estava mais preocupado em dizer que Goulart teria o apoio do Partido Comunista, caso desse um golpe para se manter na presidência e aprovar a reforma. “Eu tentava dizer que o golpe que se armava era contra nós, para nos derrubar, mas essa informação não passava. Prestes achava que tudo era cor-de-rosa” (RIBEIRO, 1997, p. 343), relata. Com essa lembrança, o autor demarca seu lugar dentro do campo político brasileiro dos anos 1960, estabelecendo uma espécie de divisão entre o que seria uma esquerda quase delirante, munida de um ideal revolucionário desejável, mas irrealizável em termos concretos, e uma esquerda mais realista, estando ele mesmo e a tradição político-partidária do trabalhismo à qual se vinculava, incluídos no segundo grupo.

Sobre a questão do controle do capital estrangeiro, Ribeiro afirma que a solução foi buscada por meio do projeto da Lei de Remessa de Lucros, a qual, uma vez em vigor, impediria que o capital internacional hostilizasse o capital nacional (RIBEIRO, 1997, p. 318). O autor descreve a proposta como revolucionária, mas afirma que ela feria os interesses dos Estados Unidos, que passou a articular um golpe contra o Brasil. Ribeiro conta, inclusive, que à época, Caio Prado Jr. e Salvador Allende teriam afirmado que, se a lei fosse colocada em prática, representaria “uma revolução na América Latina. Seria nossa liberação do domínio imperialista” (RIBEIRO, 1997, p. 320), afirma o autor, demarcando sua defesa de um ideário nacionalista e latino-americanista, em oposição àquilo que era caracterizado como um domínio do capital europeu e norte-americano.

Em uma manifestação clara de sua posição, Ribeiro diz que “os Estados Unidos da América se especializaram na exploração e sugilação da América Latina” (RIBEIRO, 1997, p. 321) e descreve os mecanismos utilizados por aquele país para manter seu predomínio sobre as demais nações. Segundo o autor, no Brasil foi decisiva a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), descrito por ele como uma agência montada pela CIA, que comprou o apoio de cerca de 600 deputados estaduais e 200 federais ao golpe de 1964. A esta, se somaram forças conservadoras nacionais como: Adhemar de Barros, então governador de São Paulo; Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais; e Carlos Lacerda, da Guanabara, representantes de uma elite interessada em perpetuar as estruturas sociais do país.

A esse respeito, aliás, Ribeiro conta que havia uma crítica feita a ele mesmo e a Jango, de que estariam “cutucando a onça com vara curta”, enfrentando, de uma só vez, o latifúndio nacional e o capital internacional, o que evidencia como o autor conecta esses dois atores. Em sua defesa, ele ainda afirma que, “naquela conjuntura, era impossível separar as duas constrições que estrangulavam o Brasil [...]. Isso tinha que ser feito um dia. Nós tentamos. Amanhã, outro governo patriótico tentará” (RIBEIRO, 1997, p. 321). Assim, conclui: “não é impossível que isso só ocorra depois da guerra prevista há trezentos anos por Hegel entre a América Saxônica e a América Ibérica, guerra que, segundo o filósofo, venceremos” (RIBEIRO, 1997, p. 321).

A caracterização ressentida do autor, nos termos propostos por Ansart (2001), sobre os inimigos do povo brasileiro está conectada ao discurso de ruptura com o que entendia ser nossa condição subdesenvolvida. Em outras palavras, a mobilização feita por Ribeiro das memórias de sua atuação no governo de João Goulart contribui para a construção e legitimação de seu lugar de fala como um autor cujas obras teriam por objetivo fornecer ferramentas interpretativas para romper com o subdesenvolvimento do Brasil.

Assim, João Paulo Moreira (2012) aponta a maneira pela qual o projeto de nação elaborado pelo autor, e utilizado como justificativa teórica de sua obra, se apoiou no tema do subdesenvolvimento⁴ e da dependência, conectando-se à sua “teoria da evolução sociocultural”, desenvolvida na série de *Estudos de antropologia da civilização*. Para Moreira, mais do que uma teoria sobre como os povos se transformam, a interpretação formulada por Darcy Ribeiro nessa série está voltada para a explicação das causas do “atraso latino-americano”, ou seja, sua teoria antropológica estaria a serviço de um ideal de superação do subdesenvolvimento brasileiro e da América Latina.

Sobre os atores com os quais Ribeiro compartilha essa memória ressentida e, conseqüentemente, aos quais ele atribui certo poder para reverter esse quadro, alguns pontos de sua rememoração são particularmente elucidativos. Em uma descrição dos aspectos que considera como os grandes êxitos do governo Jango, o autor cita a criação do 13º salário e o estabelecimento do Estatuto do Trabalhador Rural, que teria vindo como um importante apoio aos camponeses e, também, como uma valorosa contribuição para o incremento das lutas dos trabalhadores rurais (RIBEIRO, 1997, p. 301).

Em relação ao último ponto, Ribeiro faz uma afirmação intrigante. Embora reconheça o histórico combativo das populações do campo, o autor argumenta que essas lutas ocorriam “quase sempre de forma arcaica, apelando ideolo-

4 Em seu livro *As Américas e a civilização* (1983), Darcy Ribeiro define o subdesenvolvimento como a condição resultante dos processos de “atualização histórica” ocorridos em função da colonização europeia sobre as “sociedades americanas de nível tribal”. Essa situação teria gerado um quadro em que “os povos cêntricos, compelindo os dependentes a se converterem na condição material de sua existência, e de perpetuação de sua forma, tem chance de progredir continuamente” (RIBEIRO, 1983, p. 42). Já os povos dependentes, “alienados de si mesmos e transformados em objeto da ação e dos projetos dos povos cêntricos, veem-se condenados a uma situação de atraso que só lhes propicia uma modernização reflexa que os torna mais eficazes como economias complementares, mas os mantém sempre defasados, como povos atrasados na história” (RIBEIRO, 1983, p. 42). Na busca por não se vincular à chamada “teoria da dependência”, o autor tenta argumentar que concebe a questão do subdesenvolvimento não pela chave da dualidade marxista centro x periferia, mas pelo viés de sua própria teoria acerca dos “processos civilizatórios”. O subdesenvolvimento, ele descreve, “não pode ser explicado como uma polaridade de contrastes interativos, como pretendem os teóricos dualistas. Nem como uma crise de transição entre o feudalismo e o capitalismo que afeta uniformemente a todos os povos imersos nesse estágio de evolução, como quer o marxismo dogmático. O subdesenvolvimento é, na verdade, o resultado de processos de atualização histórica só explicáveis pela dominação externa e pelo papel constritor das classes dominantes internas” (RIBEIRO, 1983, p. 45).

gicamente para figuras messiânicas ou para rezadores, mas muito concretamente se apossando da terra para si mesmos” (RIBEIRO, 1997, p. 328). Sendo assim, na visão do antropólogo, as ligas camponesas, lideradas por Francisco Julião, teriam sido o primeiro movimento rural popular de caráter mais relevante, deslegitimando, assim, as ações anteriores efetuadas por esses grupos.

A fala do autor é bastante emblemática da forma como ele enxerga, ou não, nas minorias étnicas e sociais que diz defender um potencial político genuíno, ou seja, o quanto ele atribui, ou não, a esses grupos uma capacidade concreta de se movimentarem como atores legítimos em busca de transformações sociais. Neste sentido, há um caráter dúbio na avaliação feita pelo autor em relação a estes povos, pois, ao mesmo tempo em que evoca suas capacidades e seu potencial de resistência, parece, em seguida, desacreditá-las, caracterizando-as, por exemplo, como formas de luta “arcaicas”.

Deste modo, Ribeiro acaba por reconhecer como os grandes atores políticos do país uma elite urbana letrada, ao passo que o “povo brasileiro” só se configuraria como sujeito legítimo se guiado por essa elite; daí a tarefa que atribui a si mesmo, e ao campo das ciências sociais, de criar um discurso capaz de “nos explicar a nós mesmos”, de modo a fornecer ferramentas para a promoção de uma transformação social concreta. Acerca dessa caracterização e suas implicações, parece importante ressaltar dois pontos. O primeiro diz respeito a uma avaliação do autor de que havia questões étnico-raciais e de classe que se constituíam em problemas estruturais a serem resolvidos na sociedade brasileira, assim, o poder de negociação de grupos historicamente marginalizados perante uma elite política e econômica predominante não era equiparável. Em outras palavras, seria ilusório pensar que um movimento de trabalhadores rurais, ou de povos indígenas, teria força concreta para enfrentar, dentro das regras do jogo de uma democracia liberal e com chances reais de vitória, uma elite que há séculos detinha capitais diversos.

Embora esta interpretação de Ribeiro seja acertada e aponte de maneira coerente para a necessidade de mudanças estruturais na sociedade brasileira, é

problemático que, ao mesmo tempo em que se evoca a capacidade revolucionária desse contingente populacional, não se atribua legitimidade concreta às suas formas de ação. Ao fazer essa recusa e colocar o “povo” em um lugar romantizado, rouba-se desses grupos a possibilidade de interlocução concreta, incorrendo-se em uma postura paternalista.

Neste sentido, embora pareça, sob determinada ótica, que Ribeiro busque colocar o povo brasileiro como o grande sujeito da história do Brasil, conforme argumenta José Carlos Reis (2017), toda a caracterização que ele faz do governo João Goulart, por exemplo, aponta para o contrário. Em sua rememoração, o autor coloca como o grande herói dos avanços ocorridos nesse período não o “povo” ou os movimentos sociais organizados, mas a figura do presidente. Isto é, todos os avanços construídos nessa conjuntura histórica são atribuídos por Ribeiro, de forma personalizada, a João Goulart e à sua “preocupação com os menos afortunados” – qualidades que o autor incute, por consequência, a si próprio, visto que se descreve como um fiel escudeiro do presidente. Em resumo, a caracterização feita por Darcy Ribeiro leva a crer que os direitos adquiridos nesse período foram menos fruto de conquistas populares e mais o resultado da benevolência de um estadista.

A imagem heroica que o autor constrói da resistência de Jango ao golpe também é bastante elucidativa dessa questão. Ribeiro narra que várias propostas de acordo foram feitas ao presidente para evitar o golpe, pedindo-lhe que repudiasse publicamente o comunismo, reformulasse o ministério, desistisse da reforma agrária e revogasse a lei de remessas de lucros (RIBEIRO, 1997, p. 352). Goulart, porém, teria se recusado a “contra-atacar os golpistas” porque não queria ser responsável por uma guerra civil, rejeitando inclusive a proposta de Leonel Brizola de fazer uma resistência armada.

Consolidada a queda de Jango em 1964, Ribeiro iniciava uma nova etapa de seu percurso, o exílio no Uruguai. Em Montevidéu, foi contratado para trabalhar como professor de antropologia da Universidade do Uruguai e lá perma-

neceu até 1968. Em *Confissões*, o autor, mais uma vez, conecta sua experiência de desterro com a escrita de seu conjunto de *Estudos*. De acordo com Ribeiro, o exílio lhe proporcionara a chance de, longe do envolvimento direto com a cena política do Brasil, imergir em um “período fecundo de produção intelectual” (RIBEIRO, 1997, p. 372). No Uruguai, afirma o autor, “escrevi a primeira versão de *O povo brasileiro*, que abandonei para escrever uma teoria explicativa do Brasil, indispensável para que nossa história fosse compreensível e explicada” (RIBEIRO, 1997, p. 372). Essa teoria, referida por ele, seria justamente aquela que foi compilada nos seis volumes dos *Estudos de antropologia da civilização*, “todos escritos ou esboçados lá” (RIBEIRO, 1997, p. 372).

No prólogo de *O dilema da América Latina* (1978), Darcy Ribeiro atribuiu como uma de suas “fontes” para a escrita do livro, além da experiência de exilado político, os meses de prisão a que fora submetido em 1968, após a promulgação do AI-5, pelo governo do general Alberto da Costa e Silva. Após quatro anos no Uruguai, o autor narra que sentiu um enorme desejo de retornar ao Brasil e resolveu ir para o Rio de Janeiro, de onde recebera notícias sobre a *Marcha dos Cem Mil* e sobre a eclosão de diversos movimentos de resistência à ditadura civil-militar. Animado por essa perspectiva, Ribeiro conseguiu autorização para voltar ao país, instalando-se com sua esposa, Berta, em um apartamento emprestado por amigos (RIBEIRO, 1997, p. 372).

Como um dos primeiros cassados e exilados de certa proeminência que voltava ao Brasil, Darcy Ribeiro conta que “se esbaldou na imprensa com longas entrevistas” (RIBEIRO, 1997, p. 374), enquanto era advertido por amigos dos perigos dessa escolha. Sua ousadia em tempos de autoritarismo rendeu-lhe uma primeira tentativa de prisão, barrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O autor narra, no entanto, que passou a ser seguido e vigiado; assim, quando, em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o AI-5, sua prisão se consolidou no dia seguinte.

Após nove meses de cárcere em um quartel da Marinha, conseguiu um visto consular para trabalhar em Caracas, na Universidade Central da Venezuela

(RIBEIRO, 1997, p. 404). Era a segunda etapa de seu exílio. No dia 07 de dezembro de 1969, já em território venezuelano, Darcy Ribeiro escreve um relato de sua experiência em uma carta enviada para o também exilado Florestan Fernandes, à época residindo no Canadá, após a aposentadoria compulsória da Universidade de São Paulo a que fora submetido pela ditadura:

Irmão, a vida é variada. Nos tem dado de tudo, mas num balanço tão inconstante entre o bom e o ruim que não consigo calibrar. Apenas disto vou navegando (viver no nesecé) e enquanto velejo, escrevendo livros num esforço desesperado [...]. Esta escrivinhação é tão compensatória que Berta fica doida sem saber o que pretendo na minha hesitação entre o esforço de entender e o de doutrinar e na variedade do discurso que às vezes falo a você, aos milicos e às vezes somente aos iracundos. [...] Porque você não vem aqui passar uns dias conosco? Tanto temos que conversar, irmão, sobre tantas coisas comuns e tão variadas: os índios nossos de velha devoção; a universidade repensada, a patrinha da politiquice em que me meti; esta outra que recomponho nos livros; e aquela que está longe, cruzeirodosulando sem nós. (RIBEIRO, 1969)

Na carta, ao mesmo tempo em que partilha as angústias do exílio, Darcy Ribeiro reafirma, mais uma vez, aquilo que ele descreve como sua obsessão no decorrer da experiência de desterro: escrever. Não por acaso, foi durante os anos em que se manteve exilado em países latino-americanos, entre 1964 e 1976, que o autor publicou cinco, dos seis volumes de seus *Estudos*. Também, não por acaso, essa experiência é mobilizada por Ribeiro em todos eles de forma a legitimar suas análises. A memória do exílio foi cuidadosamente construída e utilizada por Darcy Ribeiro na elaboração de sua autoimagem e de seu lugar como autor. Ele é, sem dúvida, um dos lócus principais, a partir dos quais o antropólogo se projetou como um intelectual dotado da missão de pensar o Brasil, em uma vinculação com um ideal de integração latino-americana.

Nas palavras de Ribeiro, o exílio na América Latina permitiu-lhe “uma reconstrução de si mesmo como intelectual” e possibilitou-lhe escrever “uma vasta obra que jamais teria escrito no Brasil, em razão de seu engajamento político” (RIBEIRO, 2009, p. 73). Ao mesmo tempo, o autor afirma a importância dessa experiência para o próprio amadurecimento de seu envolvimento político e intelectual: “no Uruguai, me fiz um brasileiro mais consciente e aprendi a ser latino-americano” (RIBEIRO, 2009, p. 119).

A constituição das memórias do exílio, como aponta Denise Rollemberg (1999), mobiliza questões variadas e, por vezes, antagônicas. Em primeiro lugar, cabe-nos ressaltar, a exemplo do que faz a autora em seu trabalho, a diferença entre o que essa experiência representou entre os que desfrutavam de maior visibilidade e reconhecimento social, como Darcy Ribeiro, e entre aqueles anônimos, que usufruíam de condições materiais e simbólicas bem menos favorecidas.

Como é fácil supor, ainda que pese toda uma carga de exclusão, desenraizamento e anulação sobre todos aqueles que foram submetidos ao desterro, as condições concretas de manutenção da vida e a projeção adquirida por essa vivência foram bastante distintas entre figuras públicas e de prestígio social, como Ribeiro, e pessoas que não gozavam das mesmas prerrogativas do autor. Neste sentido, no caso de Darcy Ribeiro, os aspectos antagônicos dessa experiência se devem ao fato de que, por um lado, consistia, sem dúvida, em algo sacrificante, doloroso, marcado por incertezas e angústias de várias ordens. Por outro, significou também um percurso que, ao ser por ele rememorado e mobilizado, possibilitou-lhe uma inegável projeção pública.

Considerações finais

Reconstituir, no espaço deste artigo, o amplo mosaico de memórias de Darcy Ribeiro sobre a complexa experiência histórica, por ele vivenciada nos anos

1960 no Brasil, constitui-se em um desafio ao qual dificilmente se pode responder a contento. São muitas as nuances e indagações passíveis de serem feitas e este texto procurou colocar algumas delas. Espera-se, com isso, abrir possibilidades para que o leitor coloque tantas outras. À guisa de finalização, contudo, destaco alguns aspectos principais.

A análise aqui proposta representa, de modo mais amplo, um convite à reflexão sobre a construção dos cânones do que se convencionou chamar de pensamento social e político brasileiro, problematizando o lugar de fala desses sujeitos e as relações de saber e poder que ele engendra. A reflexão, que não é nova no campo das ciências humanas, como dito inicialmente, tem colocado em questão pontos importantes, sobretudo no que diz respeito às construções discursivas sobre os chamados “grupos subalternos” – ou seja, as minorias étnicas, sociais e extranacionais sujeitas a formas de exclusão variadas – que ganham especial relevância quando elaboradas por figuras de grande projeção pública, como é o caso de Darcy Ribeiro. Assim, problematizar o lugar de fala do autor é refletir sobre suas relações de poder, de saber e, portanto, sobre seu lócus de ação política.

Tal abordagem ganha contornos especiais em sua correlação com a memória e, por conseguinte, com a função ética, utópica e mítica muitas vezes desempenhada por ela (SEIXAS, 2001). Afinal de contas, como aponta Seixas (2001), a memória carrega um “atributo fortemente ético, incidindo sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais” e, portanto, atuando de forma a induzir comportamentos e “interferir na (im)possibilidade mesma das ações” (SEIXAS, 2001, p. 53). A reflexão sobre as narrativas memorialísticas de Darcy Ribeiro acerca de suas experiências políticas na década de 1960 no Brasil permite, portanto, não apenas ampliar o debate sobre essa rica conjuntura histórica, mas também pensar em que medida as construções formuladas pela historiografia sobre determinados períodos é fortemente tributária de memórias e sujeitos específicos. Esse fator, uma vez colocado em perspectiva, constitui-se como um exercício epistêmico e político de primeira grandeza.

Referências

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella Martins; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 15-36.

ASSMAN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BARRETO, Vicente; VIÁFORA, Celso. A cara do Brasil. Intérprete: Ney Matogrosso. In: MATOGROSSO, Ney. *Olhos de farol*. São Paulo: Polygram, 1998. 1 compact disc. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y_BDITn0xcY. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRUM, Eliane. *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. Apresentação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. História das esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3, p. 9-20.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo, e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 53-82.

HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 21-52.

MATTOS, André Luis Lopes Borges de. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MOREIRA, João Paulo Aprígio. *Uma ontologia evolucionista: considerações sobre a noção de “desenvolvimento” na obra de Darcy Ribeiro*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

NICODEMO, Thiago. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 159-180, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/kyLyWNpWftfRfWntbRfnGZB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.

PALTI, Elias José. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. In: FERES JR., João; JASMIN, Marcelo (Orgs.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola; IUPERJ, 2007. p. 59-76.

PINHEIRO, Lucas Miranda. *El ingenioso caballero Darcy Ribeiro: a trajetória de um intelectual andante na cultura política do Brasil e da América Latina*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

POCOCK, John Greville Agard. O Estado da Arte. In: POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 23-82.

PORTELA, Cristiane de Assis. *Para além do “caráter ou qualidade de indígena”: uma história do conceito de indigenismo no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro*. História plural do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

REIS, José Carlos. Caio Prado Jr. Versus PCB: A revolução brasileira (1966). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 173-194.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1983.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. [Correspondência]. Destinatário: Florestan Fernandes. Caracas, 07 dez. 1969. Fundação Darcy Ribeiro – FUNDAR. DRcge.

RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. Rio de Janeiro: Apicuri; Brasília: Editora da UnB, 2009.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. t. I.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella Martins; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 37-58.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Democracia e revolução (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3, p. 479-502.

Recebido em: 15 de junho de 2021
Aprovado em: 13 de dezembro de 2021